



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ –
IFAP
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ALESSANDRA TAVARES DA SILVA
MARIÂNGELA SALES BELCHIOR**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA VIVENCIADA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL SÃO PEDRO NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO
AMAPARÍ**

**PEDRA BRANCA DO AMAPARÍ – AP
2022**

**ALESSANDRA TAVARES DA SILVA
MARIÂNGELA SALES BELCHIOR**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA VIVENCIADA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL SÃO PEDRO NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO
AMAPARÍ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia - EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, Centro de Referência em EAD Pedra Branca do Amaparí, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Sérgio Soares Rabelo

**PEDRA BRANCA DO AMAPARÍ – AP
2022**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**FOLHA DE APROVAÇÃO DO TRABALHO
DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

ALESSANDRA TAVARES DA SILVA

MARIÂNGELA SALES BELCHIOR

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA VIVENCIADA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL SÃO PEDRO NO MUNICÍPIO DE PEDRA DO AMAPARÍ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia do Amapá – IFAP, como requisito avaliativo para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Sérgio Soares Rabelo
Orientador e Presidente da Comissão

Prof. Esp. Clebson dos Santos Simplicio
Membro parecerista

Prof. Esp. Antônio Rodrigues do Nascimento Filho
Membro parecerista

Apresentado em: 25 / 04 / 2022.

Conceito/Nota: 100,00.

Dedicamos esta monografia ao nosso grandioso Deus, ao nosso empenho e dedicação nesses anos de graduação, aos nossos familiares, colegas de curso e professores formadores pelos incentivos.

AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos ao nosso grandioso Deus por nos acompanhar na realização desta conquista profissional.

Aos nossos familiares por todas as palavras de incentivo, apoio e contribuição na realização nesta graduação.

Aos nossos colegas de curso, por trilhar conosco este caminho de estudos e crescimento pessoal e intelectual.

Aos nossos ilustres professores formadores por compartilharem seus conhecimentos e experiências, levaremos conosco em nossa jornada de trabalho.

Ao nosso orientador Prof^o. Dr^o. Mauro Sergio Soares Rabelo pela dedicação, motivação, colaboração e entusiasmo para a realização deste trabalho monográfico e que muito nos inspira a continuarmos traçando novos objetivos, metas e conquistas para enriquecimento de nossa formação continuada.

“Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras”.

Maria Teresa Eglér Mantoan, 1997

RESUMO

Este trabalho monográfico apresenta uma análise sobre o desenvolvimento da Educação Especial como modalidade de ensino e seu público alvo, através da temática educação inclusiva vivenciada na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro no município de Pedra Branca do Amapará-AP. A questão norteadora é compreender, como ocorre o processo de inclusão e permanência vivenciada pelos estudantes com necessidades educacionais especiais na instituição de ensino municipal São Pedro? Sob o olhar do objetivo geral em identificar a qualidade do processo de inclusão e permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais vivenciada na escola municipal São Pedro. Apropriando-se dos objetivos específicos: registrar os caminhos percorridos pela Educação Especial no Brasil e seus aspectos jurídicos; relatar como ocorre a atuação do docente no processo de inclusão e permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais na sala de aula regular; e avaliar o processo inclusivo na instituição de ensino municipal São Pedro. Para obtenção dos resultados utilizou-se os procedimentos de pesquisa bibliográfica de forma descritiva e a pesquisa de campo realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro, localizada no município de Pedra Branca do Amapará, com objetivo exploratório. Como resultado evidenciamos que o desenvolvimento da Educação Especial como modalidade de ensino permitiu a plena participação de todos os alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino regular, com profissionais educacionais comprometidos e dedicados. Conclui-se, que a educação inclusiva vai muito além da preparação para a escolarização, ela torna viva a aceitação as diferenças sendo o professor a chave desse processo.

Palavras-Chave: Educação. Aceitação. Direitos. Especificidade. Inclusão.

ABSTRACT

This monographic work presents an analysis of the development of Special Education as a teaching modality and its target audience, through the thematic inclusive education experienced in the Municipal School of Education Fundamental São Pedro in the municipality of Pedra Branca do Amapari-AP. The question guiding is to understand how the process of inclusion and permanence occurs. experienced by students with special educational needs in the municipal educational institution São Pedro? From the perspective of the general objective in identify the quality of the process of inclusion and retention of students with special educational needs experienced at the São municipal school Peter. Appropriating the specific objectives: recording the paths covered by Special Education in Brazil and its legal aspects; report how does the teacher's role in the process of inclusion and permanence of students with special educational needs in the regular classroom; and evaluate the inclusive process in the São Pedro municipal education institution. For to obtain the results, bibliographic research procedures were used. descriptively and the field research carried out at the Municipal School of Elementary School São Pedro, located in the municipality of Pedra Branca do Amapari, with an exploratory objective. As a result, we show that the development of Special Education as a teaching modality allowed the full participation of all students enrolled in the establishments of regular education with committed and dedicated. It is concluded that inclusive education goes far beyond preparation for schooling, it makes the acceptance of differences being come alive and the teacher is the key of this process.

Keywords: Education. Acceptance. Rights. Specificity. Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Jogo de contar e somar	57
Figura 2: Grafomotricidade	58
Figura 3: Jogo da memória de palavras	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APA	American Psychiatric Association
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
NE	Necessidades Especiais
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Questionamento 1	40
Tabela 2 - Questionamento 2	41
Tabela 3 - Questionamento 3	41
Tabela 4 - Questionamento 4	42
Tabela 5 - Questionamento 5	42
Tabela 6 - Questionamento 6	43
Tabela 7 - Questionamento 7	44
Tabela 8 - Questionamento 1	45
Tabela 9 - Questionamento 2	46
Tabela 10 - Questionamento 3	48
Tabela 11 - Questionamento 4	50
Tabela 12 - Questionamento 5	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	16
3. ASPECTOS JURÍDICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	19
4. ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA SALA DE AULA REGULAR	27
5. A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO	31
5.1 BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO	31
5.2 TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)	31
5.3 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA, NO PROCESSO DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	33
5.4 O PROCESSO INCLUSIVO EDUCACIONAL DO ESTUDANTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO.	34
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES	40
7.1. RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS COLETADOS COM OS PAIS/RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	40
7.2. RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS COLETADOS COM OS PROFISSIONAIS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO	45
7.3. RELATO FINAL DA PESQUISA DE CAMPO	55

8. PROPOSTA DIDÁTICA COMPLEMENTAR	56
8.1 INTERVENÇÃO ESCOLAR	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64
ANEXOS	70

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira está respaldada na Constituição Federal de 1988 do qual afirma que é um direito de todos, dever do estado e da família assegurá-los. Por esta razão, este trabalho monográfico cujo tema é “Educação Inclusiva vivenciada na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro no município de Pedra Branca do Amapari” justifica-se em explanar o desenvolvimento da Educação Especial ao público alvo desta modalidade de ensino, sua garantia de acesso social e avanço educacional, bem como, suas propostas inclusivas que respeitem as particularidades do indivíduo sem discriminação.

A relevância do presente estudo, traz a oportunidade de refletirmos que nem sempre a pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, tiveram acesso aos bens culturais e educacionais afirmados por leis, mas, construiu-se gradativamente com as mudanças constitucionais e quebras de paradigma em relação a este público.

A questão norteadora deste trabalho é compreender, como ocorre o processo de inclusão e permanência vivenciada pelos estudantes com necessidades educacionais especiais na instituição de ensino municipal São Pedro.

A proposta do objetivo geral é identificar a qualidade do processo de inclusão e permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais vivenciada na escola municipal São Pedro. Apropriando-se dos seguintes objetivos específicos: Registrar os caminhos percorridos pela Educação Especial no Brasil e seus aspectos jurídicos; Relatar como ocorre a atuação do docente no processo de inclusão e permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais na sala de aula regular; Avaliar o processo inclusivo na instituição de ensino municipal São Pedro.

Para obtenção dos resultados da pesquisa deste trabalho monográfico utilizou-se os procedimentos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com objetivos descritivos e exploratórios.

Sendo a estrutura dividida em quatro capítulos: No capítulo I, aborda-se o Histórico da Educação Especial no Brasil; No capítulo II, discorre-se sobre os Aspectos Jurídicos da Educação Especial; No capítulo III, disserta-se sobre a Atuação

docente no processo de inclusão e permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais na sala de aula regular; No capítulo IV, à ênfase da Inclusão do estudante com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade na escola municipal São Pedro, contendo a divisão dos seguintes subcapítulos: Breve Histórico da escolar municipal São Pedro; Conceituando o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH); A importância da participação da família na escola no processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades especiais e o Processo Inclusivo Educacional do estudante com necessidades especiais na escola municipal São Pedro.

2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 no capítulo V, Artigo 58, declara que a Educação Especial é “[...]a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASILIA, 2005, p. 25).

Portanto, esta modalidade de ensino só entra em vigor a partir da terceira Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, antes disso, um longo caminho percorreu-se para este reconhecimento.

De acordo com Sasaki (*apud* SOUSA, 2020, p. 161) “a história da Educação Especial em seu processo de construção perpassa pela existência de vários paradigmas: exclusão, Institucionalização, Integração e inclusão”. As pessoas que apresentavam características fora dos ‘padrões da normalidade’ eram excluídas do convívio social, suas especificidades eram tratadas como doença, sendo necessário o atendimento em hospitais, clínicas psiquiátricas ou em instituições apropriadas.

Percebemos o segregacionismo a pessoa com Necessidade Especiais (NE), a falta de compreensão em saber lidar com as peculiaridades desses indivíduos e principalmente em atender às suas necessidades.

Partindo disso, a assistência à pessoa com deficiência, teve início no período Imperial, após a chegada da família real, com a criação de duas instituições: “o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro” (BRASIL/MEC-SEESP, 2017, p. 2).

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, pelo decreto n. 1.428, de 12 de setembro, tinha por atribuição ministrar a instrução primária e alguns ramos da secundária, educação moral e religiosa, ensino de música, bem como ofícios fabris. (CABRAL, 2015, p. 1).

O Instituto dos Surdos-Mudos foi criado com a finalidade de oferecer educação intelectual, moral e religiosa aos surdos de ambos os sexos (BRASIL, *apud* CABRAL, 2015, p. 1).

O surgimento dessas instituições representou um marco importantíssimo para a aceitação de que o 'deficiente' é um ser humano como qualquer outro, dotado de sentimentos, que precisa desenvolver-se em seus diferentes aspectos, necessita ser atendido dentro de suas particularidades e têm condições de receber uma educação que contribua para o seu ensino aprendido.

No início do século XX, inspirado pelos ideais do pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), fundou-se o Instituto Pestalozzi, no Brasil. Segundo Torres (2017, p. 3), beneficiou o atendimento aos deficientes mentais, devido a sua importância, se ramificou por boa parte do país.

O Instituto Pestalozzi de Canoas criado em 1926 por um casal de professores, Tiago e Johanna Wurth, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o Instituto introduziu no Brasil a concepção da ortopedagogia das escolas auxiliares Europeias; a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais Criado em 1935, o Instituto Pestalozzi em Belo Horizonte (MG) pelo secretário da Educação Dr. Noraldino de Lima e ainda a Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro de 1948, Fundada a Sociedade Pestalozzi no Brasil (SPB), assentadas nas bases psicopedagógicas propostas por Helena Antipoff (TORRES, 2017, p. 3).

A relevância em atender as pessoas com atrasos mentais, suas particularidades, em algumas regiões brasileiras, sobretudo, o envolvimento social, em favor deste público, que por um tempo, foram excluídos do convívio social.

A autora ressalta ainda, a criação de duas associações voltadas para a assistência de pessoas com necessidades especiais. "A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Rio de Janeiro (1954), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Paulo (1961)" (TORRES, 2017, p. 3-4).

Estas associações foram de grande avalia para o atendimento especializado à pessoa com NE, promovendo a integração social e estão presentes em nossa sociedade na atualidade.

Nos períodos entre 1854 a 1956, surgiram outras instituições, voltadas para o atendimento às pessoas com NE, entre estes: A Fundação do Livro do Cego no Brasil (SP); O Instituto Santa Terezinha (SP); e A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (SP).

Na visão de Shimazaki (1993, p. 4), a criação de escolas/instituições para deficientes, buscava-se encontrar métodos de tratamento e desenvolvimento científico

e técnico, sem pretextos para a inclusão social, apenas uma forma de prestar alguma assistência a estas pessoas.

Em conformidade, Batalha (2009, p. 1067) argumenta que “o paradigma da institucionalização fundamentava-se na ideia de que a pessoa deficiente estaria melhor protegida e cuidada em ambiente segregado e, por conseguinte a sociedade estaria protegida dela”.

Neste sentido, essa fase em que a pessoa com NE era rotulada como deficiente, incapaz, ela era excluída e inferiorizada. Suas particularidades eram consideradas como doenças que necessitavam de tratamento específico em locais diferenciados.

Diante disso, para rompermos com esta visão excludente da pessoa com necessidades especiais, tornou-se necessário as intervenções jurídicas, com a criação de leis nacionais e internacionais com o propósito de mudanças paradigmáticas, de como lidar com essas pessoas.

3. ASPECTOS JURÍDICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diante deste cenário de assistencialismo, institucionalização e segregação da pessoa com necessidades especiais, surgem amparos legais, que oficializam este público a socialização e educação escolar, mesmo que a igualdade de direitos as suas individualidades e/ou particularidades, tenham sido construídas por um longo processo que vai da integração a inclusão.

Assim, temos a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que determina “todos temos o direito a educação e é obrigatoriedade do poder público que se faça o cumprimento da legislação educacional” (BRASIL, 1961, p. 1). A criação desta Lei organiza o ensino brasileiro, estabelecendo um capítulo exclusivo para a Educação Especial, do qual passa-se do termo deficiente para excepcionais, nos artigos 88 e 89 garante que:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961, p. 11).

A educação dessas pessoas torna-se obrigatória, mas, é evidente que não havia a perspectiva de inclusão.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 11 de agosto de 1971 - Lei nº 5.692/71, dar-se mais um passo em nosso sistema educacional brasileiro.

O Artigo 1º, da Lei Nº 5.692/71, assegura que:

O estudo de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971, p. 1).

Entretanto, no Artigo 9º,

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971, p. 3)

Dessa forma, apesar dos direitos assegurados a educação, garantidos por Lei, não houveram modificações significativas no tratamento, atendimento e busca por estratégias de inclusão da pessoa com NE no ensino regular, com os demais estudantes. Os indicativos a este público, permanece segregado nos estabelecimentos de ensino, sem suporte para uma educação igualitária, sem a garantia do desenvolvimento de sua aprendizagem.

A criação da primeira Constituição Federal do Brasil em 1988, após o fim da ditadura militar (1964 – 1985), inicia-se a redemocratização no país e o objetivo da República Federativa do Brasil afirmado no Art. 3º, Inciso IV é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (BRASIL, 1988, p. 2). Em seu Art. 5º, em princípios de igualdade de direitos e garantias fundamentais torna-se claro que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988, p. 2).

Perante a este artigo, significa que o Estado, compromete-se em zelar pelo bem-estar de todos os cidadãos, tratando-os de maneira igualitária, sem discriminação de qualquer natureza.

A Constituição Federal (1988, p. 143), em seu Art. 205, declara que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para Rodrigues e Ferreira (2016, p. 4)

A Constituição Federal garante a todos os alunos a frequência no ensino regular, com base no princípio de igualdade. Assim, todo aluno tem direito de estar matriculado no ensino regular e a escola tem o dever de matricular todos os alunos, não devendo discriminar qualquer pessoa em razão de uma deficiência ou sob qualquer outro pretexto (RODRIGUES; FERREIRA, 2016, p. 4).

Em concordância, Sanches e Teodoro (2006, p. 66) argumentam que:

A integração escolar retirou as crianças e os jovens em situação de deficiência das instituições de ensino especial, em defesa da sua normalização, o que lhes permitiu o usufruto de um novo espaço e novos parceiros de convívio, de socialização e de aprendizagem (a escola regular) (SANCHES; TEODORO, 2006, p. 66).

Diante desses aspectos, de mudanças e transformações do tratamento a pessoa com NE, permitiu que esses estudantes das escolas/classes especiais desfrutassem das escolas que ofertam o ensino regular, com o propósito de inseri-los no convívio com outras pessoas nas mesmas condições ou sem nenhum tipo de especificidade.

A Lei de 24 de outubro de 1989 – Lei nº 7.853, Artigo 1º, dispõe o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, estabelece que “as pessoas portadoras de deficiências devem ter seus direitos garantidos por esta lei, permitindo assim seu pleno exercício da cidadania, sua participação efetiva no meio social”. (BRASIL, 1989, p. 1). Conforme esta Lei, a pessoa com ‘deficiência’ tem o direito de conviver socialmente, desfrutando dos seus direitos civis como qualquer outra pessoa, considerando suas particularidades.

No que se refere, ao prosseguimento no sistema educacional, proclamou-se na Declaração Mundial de Educação Para todos (Conferência de Jomtien – 1990), em seu Art. 3. 5. que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, p. 6).

Salientando a magnitude da Declaração de Salamanca e seus reflexos no direcionamento para o desenvolvimento da inclusão de todos nos sistemas educacionais sem critérios segregacionistas.

Em Salamanca na Espanha no ano de 1994, ocorreu uma Conferência Mundial sobre Educação Especial, do qual, surgiu um documento oficializando mudanças significativas ao movimento de reformas políticas e no sistema educacional em prol da inclusão social de todos.

Segundo Meneses (2001, p. 1),

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70 (MENESES, 2001, p. 1).

Segue as concepções do autor,

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. Assim, a idéia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja (MENESES, 2001, p. 1).

A consolidação desta declaração é uma ruptura que trouxe múltiplos benefícios para todos aqueles, que por alguma razão, foram marginalizadas, inferiorizadas, por conta de suas particularidades. Ela significa a possibilidade para a inclusão, possível, real e verdadeiro.

A declaração de Salamanca (1994, p. 8), proclama que:

Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem; as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades (SALAMANCA, 1994, p. 8).

Com esta evolução significativa no acesso escolar, a criança, adolescente ou adulto não têm que se adaptar ao meio ambiente educacional, deve-se buscar a quebra de barreiras, mudanças que concedam o acesso de todos nas instituições de ensino regular, com ações pedagógicas que façam com que a sua aprendizagem seja adquirida no seu tempo, com recursos adequados e satisfatório.

Assim, outro importante aspecto a ser mencionado sobre a Declaração de Salamanca é de que:

A educação de alunos com necessidades educacionais especiais incorpora os princípios já comprovados de uma pedagogia saudável da qual todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, em vez de ser esta a ter de se adaptar a concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo (SALAMANCA, 1994, p. 7).

A Declaração de Salamanca é um dos documentos indispensáveis para a construção da identidade das pessoas com necessidades educacionais especiais, sendo que, estas pessoas que foram excluídas de exercer sua cidadania, por conta de suas necessidades especiais, passaram a ter seus direitos educacionais e acesso aos bens culturais, oficialmente assegurados. Dando início ao processo de reconstrução da história, desmistificando ideias errôneas a respeito das diferenças físicas ou mentais, esclarecendo que as demandas individuais não os tornam menos humanos e/ou incapazes, mas sim, saber respeitar e conviver de forma harmoniosa e social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 20 de dezembro de 1996 - Lei nº 9.394/96, estabeleceu novos princípios educativos e deveres do estado em prol de uma educação inclusiva, onde todos têm a igualdade de direito da permanência nos processos educativos e convívio social.

Nesta Lei, sobre os seus princípios e fins da educação nacional, em seu Artigo 2º, esclarece que,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação (BRASIL, 2005, p. 7).

A educação exerce um papel fundamental na formação do sujeito. Ela oportuniza a convivência social, cultural e a construção de valores, para a formação integral do sujeito. Sendo necessário a proximidade da família, no ambiente escolar, para participar e contribuir no processo de desenvolvimento de seu filho (a).

É fundamental citar alguns princípios, desta mesma Lei, em favor de um ensino que beneficie o aprendizado de todos, sem distinção.

Art. 3º, I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância [...] (BRASÍLIA, 2005, p. 7).

À vista disso, compreendemos que todos os educandos, terão acesso à escola; possibilidades de permanência, sem barreiras; autonomia no processo de ensino aprendizagem; práticas pedagógicas diversificadas; viver em sociedade, respeitando as ideias e condescendente as particularidades do outro.

Em seu Artigo 4º, sobre os deveres do Estado para com a educação escolar pública, garante em seus Inciso que:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade; V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; VIII – atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (BRASÍLIA, 2005, p. 8).

São medidas imprescindíveis que reforçam a inclusão, acesso e permanência dos educandos nas instituições de ensino regular.

No Artigo 59º, sobre os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASÍLIA, 2005, p. 25-26).

Reconhecendo as peculiaridades das pessoas com necessidades especial, as mudanças para o reconhecimento de que elas têm condições de conviver socialmente, o acesso à educação, privilegia seu crescimento cognitivo, social, emocional, crítico e reflexivo, aptos a contribuir na construção da sociedade.

Entretanto, são necessárias a realização de abordagens, práticas, adaptações e propostas inclusivas, que levem em consideração as habilidade e dificuldades do

aluno com NE. Por essa razão, estas normas citadas, devem ser respeitadas e postas em prática.

A referida Lei, encontra-se em vigor e conforme a necessidade vem reformulando-se desde a sua criação para atender as exigências sociais. A mesma, trouxe diversas possibilidades de inclusão a todos que se sentiam-se segregados ao acesso escolar, que porventura, vem a contribuir para a formação global do sujeito. Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, evidenciamos a inclusão e permanência dos estudantes com NEE frequentando as instituições de ensino, sendo levado em consideração suas particularidades e com possibilidade de desenvolver-se em seus aspectos sociais, culturais, emocionais e cognitivo.

O Ministério da Educação (MEC) aprovou em dezembro de 2017, um documento nomeado Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com a intencionalidade de assegurar os direitos de aprendizagens considerados essenciais a serem trabalhadas nas instituições escolares por todo o país, através da definição de 10 competências gerais que nortearão as áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares. Propõem-se a elaboração do Projeto Político Pedagógico ou sua Proposta Pedagógica considerando o público alvo ao qual a instituição de ensino está situada em conformidade com as necessidades, interesses e desenvolvimento das potencialidades de cada estudante.

De acordo com a BNCC,

O Brasil ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias (BRASIL, 2017, p. 15).

Segundo o mesmo documento,

Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes (BRASIL, 2017, p. 15).

Este documento, apresenta-se, como norteamento para o movimento de “padronização” do que será mediado no processo de ensino e aprendizagem, na sala de aula, das escolas brasileiras. É uma forma de organizar a educação no Brasil, a partir das mudanças e atualizações das legislações, voltadas para o campo educacional.

Mercado e Fumes (2017, p. 8), expõem que:

A Educação Especial na BNCC, frisa o reconhecimento da diversidade humana, acesso a rede regular de ensino, currículos escolares inclusivos e Atendimento Educacional Especializado no contra turno para trabalhar as especificidades dos educandos (MERCADO; FUMES, p. 8).

Em concordância com o autor, é imprescindível que nos espaços escolares tenham docentes especializados para trabalhar com os alunos com NEE, possibilitando o desenvolvimento das habilidades e competências destes educandos.

Portanto, quando pensamos em inclusão, permanência, direitos de aprendizagem, respeito as particularidades, compreendemos que a educação é primordial para as mudanças sociais. E a implantação da BNCC nos sistemas educacionais brasileiros é uma oportunidade de todos os aprendizes, independente de sua faixa etária ou peculiaridades, a possibilidade de acesso, permanência, participação social e exercício de sua cidadania através da educação.

4. ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA SALA DE AULA REGULAR

Historicamente o professor assumiu diversas posições dentro do seu campo de atuação, vivenciou as transformações sociais e foi moldando-se conforme as necessidades da sociedade. Logo, percebe-se que o professor assume uma nova postura na sua prática pedagógica, e o aluno aprende de forma diferente, pois, agora ele participa ativamente do seu processo de aprendizagem independentemente de suas particularidades.

Assim, percebemos que as transformações sociais impactaram na função social da escola, no contexto e principalmente o público alvo, pois, passa a ser vista como uma escola inclusiva em que todos têm o direito de frequentar. Batalha (*apud* ANJOS e SILVA, 2012, p. 12), afirmam-nos que:

[...] a inclusão veio centrada na meta da transformação das escolas, de modo que elas se constituam em espaços de formação e de ensino de qualidade para todos. A proposta inclusiva veio provocar revoluções no sistema e nas propostas curriculares vigentes, o que implica em mudanças conceituais, posicionais e paradigmas numa amplitude e abrangência que atenda as peculiaridades de cada aluno (ANJOS; SILVA, 2012, p. 12).

Claramente percebemos que a escola, o professor e toda a comunidade escolar contribuem para que a inclusão de todos seja efetivada, provocando assim, mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem, com novas práticas inclusivas, que atenda as especificidades do estudante. É necessário conhecer a localização da instituição, o público alvo e a forma como é desenvolvida suas atividades para a inclusão de todos.

Evidenciando estes fatos, o docente está sempre em busca de aprimoramento e capacitação, para que suas práticas pedagógicas sejam significativas e que envolva toda a turma. Para Vagula *et al* (2014, p. 23), para pôr-se em prática o processo de ensino-aprendizagem que abranja a todos, faz-se necessário que o professor busque constantemente novas alternativas de transferir o conhecimento, para que o alunado aprenda de forma motivada; apropriar-se de técnicas de ensino diferenciadas; ser observador quanto ao nível de conhecimento dos educandos adequando e à realidade do mesmo; precisa ter clareza nos seus propósitos de ensinar; segurança na

elaboração e realização do seu plano de aula e fazer uso de suportes teóricos apropriados ao nível de ensino da classe.

Essas são medidas que todo docente preocupado em alcançar uma educação com qualidade em que todos possam de fato participar, se envolver, aprender e contribuir no seu processo de aquisição do conhecimento. Afinal de contas, o aluno com NEE não é mais aquele que chega na sala de aula como uma página em branco, e nem aquele que fica excluído em salas especiais.

Em conformidade, Fossi (2010, p. 38) diz-nos que:

Para o exercício do ato de ensinar, indiferente às diferenças, entendidas como desigualdades, se faz necessária a prática uma pedagogia interativa e aberta ao diálogo, que possa abordar variados níveis de compreensão, visando ao desempenho dos/as alunos/as (FOSSI, 2010, p.38).

E principalmente, quando falamos de inclusão de todos, a mesma autora lembra-nos que, “a prática pedagógica como elemento chave para a transformação da escola precisa caminhar no sentido de pensar uma pedagogia que busque estratégias diferenciadas para trabalhar com alunos/as com necessidades educacionais especiais” (FOSSI, 2010, p. 38).

Anjos e Silva (2012, p. 15) em suas contribuições, dizem-nos que quando “o professor redimensiona suas práticas e suas atitudes no sentido de valorizar o desenvolvimento de cada um, incentivando e compreendendo a diversidade de ritmos de aprendizagem”, quer dizer que, o professor é a chave para o processo de inclusão e permanência dos estudantes com NEE. É através dele que o estudante poderá participar dos processos educativos, adquirir os conhecimentos necessários para avançar em cada nível de ensino.

Inclusive, torna-se necessário falar sobre o planejamento escolar, é através dele que podemos pôr em prática nossas ações pedagógicas com clareza, significado e com objetividade.

[...] planejar indica que o profissional está inteiramente focado em seu trabalho e busca construir junto a seus alunos uma nota sua visão. Esse movimento fará com que o aluno tenha uma posição de construtor de seu conhecimento, a partir das informações repassadas pelo professor, que passa a ser o mediador. Para tanto, o planejamento é fundamental (VAGULA *et al*, 2014, p.59).

Sem planejamento o docente pode tornar suas aulas meros improvisos, pouca responsabilidade com o aprendizado dos educandos, desvalorizando seu trabalho, sua atuação e sua ética profissional. Em contrapartida, um profissional que se preocupa a desenvolver sua função da melhor maneira possível, certamente, irá elaborar sua proposta pedagógica com objetivos a serem alcançados pelos estudantes e avaliando constantemente tanto as suas metodologias, revisando e aprimorando sua prática pedagógica, quanto a aprendizagem dos estudantes, se de fato conseguiu êxito em seu aprendizado.

Diante dessas reflexões, é importante saber que ser professor não é uma profissão fácil, requer dedicação, envolvimento e estar disposto a vivenciar o novo constantemente, pois, a diversos desafios que precisam ser vivenciados e buscar soluções para resolvê-los e um deles, “é construir um espaço escolar onde a diferença, de qualquer natureza, possa “existir” sem discriminar e/ou excluir (JESUS; EFFGEN, 2012, p. 20). Como também, “a inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos” (PIMENTEL, 2012 p.140).

Nesse sentido, à formação continuada do docente é o principal meio pelo qual o processo de ensino aprendizagem será eficiente, de qualidade e inclusivo. Quando o professor se dispõe a ir em busca de novos conhecimentos em uma formação continuada, transparece que o mesmo está disposto a desenvolver sua prática pedagógica com compromisso, qualidade e com o objetivo de desenvolver um currículo diferenciado, visando suprir as necessidades dos estudantes.

[...] a formação continuada representa um espaço-tempo de constituição e reflexão da ação educativa. É um espaço de potencialização das práticas pedagógicas. Uma oportunidade para (re)pensar as relações de poder existentes no currículo, os mecanismos utilizados para validar os conhecimentos e os pressupostos que fundamentam quem pode ou não aprender na escola (JESUS; EFFGEN 2012, p.18)

Vagula *et al* (2014, p. 27) acrescenta-nos também que:

Precisamos ter clareza de que a nossa formação é um contínuo que acompanha nossa trajetória profissional e de vida. O professor que constrói continuamente sua formação está investindo em si e nos seus alunos. Torna-se necessário aprimorar tanto na formação inicial como a continuada (VAGULA *et al*, 2014, p. 27).

Portanto, diante das discussões pontuadas neste capítulo, se faz necessário que os docentes busquem novas habilidades, ampliando o modo de pensar dos educandos, seus conhecimentos prévios, desenvolva práticas pedagógicas inclusivas, oportunizem a autonomia dos estudantes levando em consideração suas habilidades individualidades e necessidades físicas, mentais ou sensoriais. E acima de tudo, “[...] exija que a qualidade no ensino seja assegurada por meio de ações políticas condizentes e, a partir disso, oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos, quer tenham necessidades educacionais especiais ou não” (MOREL *et al.*, 2014, p 171).

5. A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO

5.1. BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO

A Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro, está localizada na rua Francisco Braz, 345, bairro centro, no município de Pedra Branca do Amapari - AP. Fundada no ano de 2001, funcionava em um anexo da Igreja Católica São Pedro, rua da Paz, no ano de 2002, foi construído o prédio oficial da escola.

A referida escola possui quatro salas de aula e atendia toda a demanda da sede. Com o crescimento da cidade em virtude da instalação das Empresas Mineradoras no ano de 2005, houve a necessidade de ampliar a mesma. Atualmente conta com 13 salas de aula, uma sala da secretaria escolar, uma sala da coordenação pedagógica e uma sala de atendimento educacional especializado (AEE), e atende a demanda de 586 alunos nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Educação de Jovens e Adultos-EJA e Atendimento Educacional Especializado-AEE.

O quadro de funcionários da escola é de 66 pessoas, que exercem diferentes funções como: Docentes, pedagogas, técnica em nutrição, auxiliares educacionais e de limpeza, manipuladoras de alimentos. Na gestão educacional a Sra. Pollyanne Moura, Secretária escolar Sra. Benedita Oliveira Silva.

5.2. TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)

De acordo com a American Psychiatric Association (APA, 2014, p. 76), “O TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento definido por níveis prejudiciais de desatenção, desorganização e/ou hiperatividade-impulsividade”.

A **desatenção** “manifesta-se comportamentalmente no TDAH como falta de persistência, dificuldade de manter o foco e desorganização, ocasionando a falta de compreensão” (APA, 2014, p 105).

A **hiperatividade** “refere-se à atividade motora excessiva (como uma criança que corre por tudo) quando não apropriado ou remexer, batucar ou conversar em excesso” (APA, 2014, p 105).

A **impulsividade** “refere-se a ações precipitadas que ocorrem no momento sem premeditação e com elevado potencial para dano à pessoa (ex., atravessar uma rua sem olhar) [...]” (APA, 2014, p 105).

Por se tratar de um transtorno neurobiológico de causas genéticas, as características citadas acima são percebidas desde a infância e segundo Assef *et al* (2010, p. 2), “podem acarretar desajustes sociais e problemas de aprendizagem”. Por isso, a indispensabilidade do diagnóstico precoce, acompanhamento com profissionais especializados em diferentes áreas, tais como: psiquiatra, neurologista, pediatra, fonoaudiólogo, psicopedagogo, especialista em atendimento educacional especializado, são imprescindíveis, para o desenvolvimento emocional, cognitivo e na interação social.

Segundo Seno (2010, p. 334), ao ser matriculado em uma instituição de ensino é fundamental pensar em alguns critérios inclusivos.

Uma vez diagnosticado o TDAH, esse aluno deve ser considerado como uma criança com necessidades educacionais especiais, pois para que tenha garantidas as mesmas oportunidades de aprender que os demais colegas de sala de aula, serão necessárias algumas adaptações visando diminuir a ocorrência dos comportamentos indesejáveis que possam prejudicar seu progresso pedagógico [...] (SENO, 2010, p. 334).

Nessas circunstâncias, espera-se que o agir do professor, seja direcionado ao reconhecimento e estudo de caso aprofundado na especificidade do seu aluno, facilitando o avanço das habilidades e competências, com o propósito de preparar um cidadão participativo em seu contexto social.

Rohde e Halpern (2004, p. 68), descrevem algumas possibilidades de intervenção escolar, ideais, quando se tem, um aluno com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) em sala de aula.

Intervenções no âmbito escolar também são importantes. Nesse sentido, idealmente, os professores deveriam ser orientados para a necessidade de uma sala de aula bem estruturada, com poucos alunos. Rotinas diárias consistentes e ambiente escolar previsível ajudam essas crianças a manter o controle emocional. Estratégias de ensino ativo, que incorporem a atividade física com o processo de aprendizagem, são fundamentais. As tarefas propostas não devem ser demasiadamente longas e necessitam ser explicadas passo a passo. É importante que o aluno com TDAH receba o

máximo possível de atendimento individualizado (ROHDE; HALPERN, 2004, p. 68),

Estas propostas de intervenção, orientam o docente em suas atividades, quando se tem um aluno com TDAH. O objetivo é incluir este aluno ao máximo, nos procedimentos pedagógicos, em seu ritmo, com uma rotina fixa e um atendimento diferenciado com ele, sempre observando seus avanços e retrocessos.

Similarmente, Seno (2010, p. 334), aponta estratégias pedagógicas, que colaboram no processo inclusivo do educando com TDAH, na classe.

Sentar o aluno na primeira carteira e distante da porta ou janela; reduzir o número de alunos em sala de aula; procurar manter uma rotina diária; propor atividades pouco extensas; intercalar momentos de explicação com os exercícios práticos; utilizar estratégias atrativas; explicar detalhadamente a proposta; tentar manter o máximo de silêncio possível; orientar a família sobre o transtorno; evitar situações que provoquem a distração [...] (SENO, 2010, p. 334).

Diante do diagnóstico de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, o estudante precisa de propostas pedagógicas inclusivas, que o assegure a manter-se com assiduidade no ambiente escolar. Assim, será possível verificar suas habilidades, dificuldades, adaptações necessárias e avanços.

5.3. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA, NO PROCESSO DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Considerando a família e a escola, responsáveis pela formação de uma criança, desde sua infância, têm que interagir entre si, constantemente, para que os resultados na formação e desenvolvimento deste sujeito seja positivo.

Nesse sentido, para Silva (2015, p. 12252),

A família é a chave para uma formação bem-sucedida do estudante e a escola é o local onde ele vai ampliar conhecimentos técnicos e práticos, desenvolvendo também suas habilidades capacidade conforme seu desempenho global (SILVA, p. 12252).

Observa-se a existência de uma ligação primordial entre a família e a escola. Ligação esta, que primordial no processo de inclusão do estudante com NEE no convívio em sociedade.

A família por ser a primeira a ter contato com a pessoa com NE, torna-se a principal responsável pelo bem-estar e inclusão social desta criança. Além do mais, é nesta fase que ocorre a aceitação, a busca por ajuda, pelo diagnóstico específico e o tratamento adequado.

É preciso, que a instituição escolar busque maneiras de inserir a pessoa com necessidades específicas, realizando adaptações arquitetônicas, quando necessárias, definindo estratégias pedagógicas, que garantam uma aprendizagem significativa para este estudante, com apoio da equipe multidisciplinar - assistência social, psicopedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo, dentre outros - que contribua para a eficácia dessa inclusão e permanência deste indivíduo.

Desse modo, para Barbosa (2011, p.16), “o envolvimento familiar beneficia o trabalho dos professores, do qual, percebem que quando o seu trabalho é apreciado pelos pais, os mesmos sentem a satisfação de dever cumprido”. Assim como, a possibilidade de verificação das falhas, a busca por mudanças metodológicas e práticas pedagógicas que beneficie a participação de todos.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 39), reforça sobre a importância da parceria entre a família e a escola, dizendo-nos que:

59. A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva por parte dos primeiros favorece a integração social e escolar, mas eles precisam de apoio para assumir as funções de progenitores duma criança com necessidades especiais [...] (SALAMANCA, 1994, p. 39).

Dessa forma, reconhecemos a positividade da participação e envolvimento da família dentro do ambiente escolar, sem essa via de mão dupla é mais difícil proporcionar ao estudante uma educação com qualidade, significativa e que faça com que o mesmo desenvolva seu potencial cognitivo, social e emocional. É importante ressaltar, que a escola deve promover ações que tragam a família para a escola.

5.4. O PROCESSO INCLUSIVO EDUCACIONAL DO ESTUDANTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO

Diante de investigações, questionamentos e troca de diálogos informais para coleta de dados com a responsável do estudante (mãe), a professora do ensino

regular e a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), chegou-se aos respectivos resultados:

O estudante, iniciou suas atividades escolares na instituição de ensino São Pedro desde a Educação Infantil com 4 anos de idade e atualmente está cursando o 3º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, atualmente está com 9 anos de idade. Apresenta disgrafia, que está sendo trabalhada por suas professoras com atividades complementares. O estudante tem interesse pelo componente de matemática. Apesar de sua especificidade, não apresenta histórico de retenção escolar. Passou a ser acompanhado pelo Atendimento Educacional Especializado no 2º período da Educação Infantil, por apresentar dificuldades de interação com os colegas da turma, por ser uma criança muito agitada ou com comportamento de isolamento. O acompanhamento com auxiliar educacional, aconteceu, após o diagnóstico preciso e através do laudo médico de TDAH.

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, as aulas presenciais foram suspensas no município de Pedra Branca do Amapará, a partir do mês de abril do ano letivo de 2020. E para o cumprimento das normas exigidas neste período e até o momento, as aulas estão sendo ofertadas de forma remota, com a utilização das ferramentas digitais.

Diante disso, Santos e Araújo (2021, p. 2), mencionam que por conta da pandemia,

[...] a sociedade de forma geral teve que se reinventar rapidamente em todos os setores, e com a educação não foi diferente. Escolas no mundo inteiro foram fechadas culminando na interrupção das aulas presenciais e praticamente de forma automática a migração para o ensino remoto, que por sua vez se utiliza de metodologias e práticas do ensino presencial inseridas em plataformas virtuais de aprendizagem (SANTOS; ARAÚJO, 2021, p. 2).

Assim, a principal ferramenta tecnológica utilizada nas aulas remotas é o aplicativo de mensagem WhatsApp. Do qual, criou-se um grupo de pais/responsáveis, professor e coordenação pedagógica, como se fosse uma sala de aula virtual. A docente da turma organiza suas aulas, em um cronograma didático e envia em forma de documento, junto com as devidas orientações para realização das atividades pelos discentes, que devem ser acompanhados por um responsável.

A docente faz uso dos seguintes instrumentos didáticos em suas aulas remotas diárias:

- Livro didático da coleção Aprende Brasil, como norteamento do que será ensinado;
- Vídeo-aulas gravadas de plataformas digitais, YouTube, como complemento dos conteúdos abordados;
- Áudio-aulas de orientação das atividades e interação/cumprimentos com os participantes do grupo.

Ao ser questionada sobre o acompanhamento das aulas remotas do estudante, a responsável, afirma-nos que:

O estudante participa ativamente das atividades, os vídeos contribuem no processo de sua aprendizagem. No começo do ano letivo de 2021, não conseguia acompanhar de modo satisfatório o livro didático, pois não sabia ler, necessitava de acompanhamento na leitura do comando das atividades, mas, com a ajuda e com atividades complementares da professora do AEE, ele está conseguindo fazer a leitura acompanhada das atividades, e tenta realizá-las com um pouco mais de autonomia (BELCHIOR, 2022).

O relato da docente do ensino regular, sobre o curriculum e possíveis adaptações ao estudante com NEE, afirmou que, “a princípio eram realizadas adaptações no objeto de conhecimento. No decorrer do processo de ensino-aprendizagem o educando apresentou avanços significativos, tornando-se desnecessário devidas adaptações” (BRISON, 2021).

Segundo a mesma,

Deixo para a professora do AEE, o trabalho com a especificidade dele, e trabalho normalmente o livro didático, sem a necessidade de fazer atividades diferenciadas por conta do destaque entre os demais da turma, que o aluno vem apresentando (BRISON, 2021).

Sobre isto, nos dizeres de Mantoan (2003, p. 36),

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (MANTOAN, 2003, p. 36).

Contra-pondo-se a isto, a docente do AEE cita que o referido aluno necessita de adaptação curricular para “o desenvolvimento de suas habilidades de concentração, delimitação de espaço e paciência, entre outras habilidades que vão surgindo no decorrer do processo” (HENRY, 2021).

Diante dessa dicotomia, a responsável pelo estudante, considera que o mesmo,

Necessita de atividades diferenciadas, pois, o livro didático possui algumas atividades difíceis de serem realizadas por conta de sua especificidade, necessita de muita concentração e os pais encontram limitações em ensinar determinados termos que o professor utiliza em sala de aula (BELCHIOR, 2022).

É importante frisar que o trabalho do professor do ensino regular e do professor do AEE devem ser colaborativos, para que a inclusão e o pleno desenvolvimento do educando aconteçam, de forma gradativa e tendo um acompanhamento mútuo e significativo para o educando.

Miranda (2016, p. 99), esclarece que:

A estreita articulação do trabalho docente entre o professor do AEE e o professor da sala de aula do ensino comum irá refletir na construção de um bom ambiente de ensino-aprendizagem e fundamental para a promoção da inclusão e do sucesso escolar de todos os alunos, principalmente daqueles com necessidades educativas especiais (MIRANDA, 2016, p. 99).

Os recursos pedagógicos utilizados pela professora do AEE, são:

[...] chamadas de vídeos, via WhatsApp, jogos de interação em grupo com a família e professores, jogos de quebra-cabeça, caça-palavras, jogos matemáticos, atividades individuais para autonomia, atividades impressas adaptadas ao conteúdo curricular do ensino regular, entre outras (HENRY, 2021, p. 1-2).

Constatando, a professora do AEE trabalha em prol da especificidade do educando, desenvolvendo suas habilidades e competências, fazendo-se valer a sua função de “[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos [...] (BRASIL/MEC-SEESP, 2008, p. 4).

A realização das atividades pelo discente do ensino regular,

O aluno realiza as atividades de modo satisfatório, entretanto, sua escrita é aglutinada, sendo necessário o trabalho com o caderno de caligrafia, assim como, necessita ser acompanhado nas aulas por conta da sua particularidade, distrai-se com facilidade, mas que, possui facilidade no aprendizado, sua leitura é fluente e responde seus questionamentos com autonomia (BRISON, 2021).

A professora do AEE, aborda as dificuldades do aluno,

[...] não aceita perder jogos de disputa e quer sempre ganhar, delimita parágrafos da escrita, bem como na diminuição do tamanho da fonte (letra) em suas atividades. Não gosta de adereços, confeccionados na escola, para colocar em sua cabeça, a não ser o chapéu do Sonic, na cor azul, uma das suas cores favoritas (HENRY, 2021, p. 1).

A mãe alega que seu filho, “utiliza cadernos de caligrafia para ajudar a fazer o cabeçalho das atividades, omite algumas letras na escrita das palavras, sua letra é grande para acabar rápido a atividade e não gosta de adereços e nem de atividades de colagem” (BELCHIOR, 2022).

E com relação aos atendimentos educacionais especializados, a professora do ensino regular, considera que:

Sem sobra de dúvida a uma contribuição importantíssima, pois, o trabalho isolado do professor do ensino regular, não tem os mesmos resultados como o do profissional do AEE, as especificidades que o mesmo trabalha não se aplica em sala de aula do ensino regular, por conta do cumprimento do curriculum e grande parte do desenvolvimento do aluno em questão é graças a esta importantíssima parceria (BRISON, 2021).

Para a responsável do estudante sobre o AEE, diz-nos, que:

Sem a professora do AEE, o meu filho não teria desenvolvido seu aprendizado, ela desenvolve seu trabalho de acordo com a necessidade dele, faz atividades segundo suas dificuldades, mantemos contato com frequência e tira dúvidas sempre que necessário (BELCHIOR, 2022).

O processo de inclusão pode parecer uma tarefa difícil, mas, quando todos os envolvidos no processo educativo, se dispõem em pôr em prática, essas medidas de inclusão, torna-se possível acontecer. Nos dizeres de Soares (2019, p. 6),

[...] incluir não é simplesmente matricular o aluno com deficiência em salas regulares, requer todo um aparato e preparação para lidar com a referida situação de forma que o verdadeiro papel da inclusão seja atingido (SOARES, 2019, p. 6).

Nota-se, que o sujeito da pesquisa, o estudante com TDAH, matriculado na escola São Pedro, participa dos procedimentos didáticas, assiduamente. Mas, aparentemente, existe uma divergência de informações, transparecendo a falta de parceria/união entre a professora do ensino regular, a professora do AEE e a responsável pelo estudante, no processo de inclusão deste estudante, que, certamente, influenciam na aquisição de conhecimento do mesmo.

Diante disso, enfatiza-se, que se não houver, a estreita relação entre os envolvidos pelo desenvolvimento do educando, pode ser que, em algum momento, este aprendiz tenha uma regressão no seu aprendizado.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para obtenção dos resultados da pesquisa deste trabalho monográfico utilizou-se o método de pesquisa qualitativo. O estudo foi desenvolvido a partir de:

Pesquisa Bibliográfica, para Gil (2002, p. 45), “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Os conceitos analisados de forma descritiva, basearam-se em livros, artigos científicos, revistas online e trabalhos acadêmicos, dos quais podemos citar os seguintes autores e suas respectivas obras: BARBOSA (2011): A importância da participação familiar para inclusão escolar; BATALHA (2009): Um breve passeio pela política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira; FOSSI (2010): Necessidades educativas especiais e inclusão escolar; MIRANDA (2016): a relação entre o professor da educação especial e da educação comum; ROGALSKI (2010): Histórico do surgimento da Educação Especial; ROHDE e HALPERN (2015): Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: atualização; SANCHES e TEODORO (2006): Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos; dentre outros de essenciais para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e de campo

Pesquisa de Campo, segundo Gil (2002, p. 53), “o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”.

A realização desta pesquisa aconteceu na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro, localizada na sede do município de Pedra Branca do Amapari - AP, na rua Francisco Braz, nº 345, bairro Central, CEP: 68945-000. Feita com dois questionários formulados com questões abertas, de natureza exploratória. A aplicação dos questionários aconteceu de forma online, com 16 participantes. Sendo estes, 03 pais/responsáveis de alunos e 13 profissionais da educação, em atuação.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio dos dados coletados na pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro, com 03 pais/responsáveis pelos alunos com necessidades educacionais especiais que frequentam a sala de aula regular e os atendimentos educacionais especializados e 13 profissionais da educação, em atuação, sendo estes: uma coordenadora pedagógica; um professor da Educação de Jovens e Adultos; uma professora de Educação Física; uma auxiliar educacional; uma merendeira acadêmica do curso de pedagogia; uma secretária escolar; uma técnica em nutrição acadêmica do curso de pedagogia; quatro professores do ensino regular e duas professoras do AEE.

7.1. RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS COLETADOS COM OS PAIS/RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Tabela 1 - Questionamento 1

1. O que você entende por Educação Especial?

Entrevistado 1: Educação Especial é a modalidade de educação voltada aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Entrevistado 2: Educação Especial é a modalidade de ensino voltado para o atendimento e educação de pessoas com alguma deficiência, por exemplo, surdo, cegos ou deficiência intelectual e crianças com altas habilidades.

Entrevistado 3: Para mim, foi uma forma criada para incluir estudantes com necessidades especiais em uma sociedade igualitária, não havendo segregação principalmente em um ambiente escolar.

Os pais/responsáveis pelos educandos com necessidades educacionais especiais, apresentaram-nos brevemente suas concepções sobre Educação Especial e o seu público alvo.

Conforme Rogalski (2010, p. 3),

[...] a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial (ROGALSKI, 2010, p. 3).

Assim, o surgimento desta modalidade de ensino, contribui para que os estudantes com necessidades educacionais especiais aprendam com igualdade.

Tabela 2 - Questionamento 2

2. Na sua concepção o que é a inclusão escolar?

Entrevistado 1: Inclusão escolar consiste na ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino.

Entrevistado 2: A inclusão é o compromisso de educar a todos de forma integral e efetiva, é possibilitar a convivência de todos de maneira igual respeitando as deficiências entre as pessoas.

Entrevistado 3: É uma forma de incluir estudantes em uma só sociedade. Deixando para trás preconceitos e medos de pessoas que se escondiam envergonhados de sua própria natureza.

Para os entrevistados, a inclusão escolar significa: Acesso igualitário; Compromisso com a educação integral de todos; Respeito as individualidades; Convivência e inclusão social.

Segundo Silva (2015, p. 14244),

[...] a inclusão escolar é um processo que vem progressivamente acontecendo nas escolas, no intuito de fazer com que todos os educandos aprendam juntos, independentemente de suas características, habilidades ou limitações, oferecendo a todos as mesmas oportunidades de ensino (SILVA, 2015, p. 14244).

Deste modo, ter a compreensão do significado da inclusão escolar, consciência do respeito as particularidades e atender as necessidades de cada um, é essencial para que se efetive os direitos de aprendizagens nos processos educativos.

Tabela 3 - Questionamento 3

3. Qual a especificidade do seu filho?

Entrevistado 1: TDAH Autismo

Entrevistado 2: Deficiência intelectual

Entrevistado 3: Paralisia cerebral

Em concordância com os autores Fabricio e Cantos (2011, p. 114), a respeito do diagnóstico clínico das pessoas com necessidade especiais:

O diagnóstico é um recurso utilizado para compreender o indivíduo em sua singularidade [...]. É o ponto de partida para intervenções que visam organizar condutas, que uma vez seguidas, permitem que as pessoas se desenvolvam, aprendam a lidar com as suas próprias características, superem dificuldades e descubram habilidades (FABRICIO; CANTOS, 2011, p. 114).

Partindo da definição do diagnóstico, a família e o educador sentem mais segurança para entender as particularidades daquele aluno, traçando-se caminhos para que mostrem suas habilidades, dificuldades e as medidas necessárias para a inclusão social e adaptações curriculares.

Tabela 4 - Questionamento 4

4. Quanto tempo o educando está matriculado na instituição de ensino São Pedro?

Entrevistado 1: 5 anos

Entrevistado 2: 1 ano

Entrevistado 3: 1 ano

Nas concepções de Ignácio (2015, p. 13), “a escola é sem dúvida um ambiente que promove o saber, onde se transmite o conhecimento do saber a todos, promovendo o desenvolvimento de forma plena e realista a todos os envolvidos”.

Nesse sentido, observamos que dois alunos estão matriculados recentemente na escola campo e um estudante está matriculado por 5 anos consecutivos. O que nos leva a considerar que a escola São Pedro, é um ambiente de ensino que viabiliza propostas inclusivas para o acesso e permanências do alunado.

Tabela 5 - Questionamento 5

5. O/A estudante é incluído em todas as atividades escolares da instituição São Pedro?

Entrevistado 1: Sim

Entrevistado 2: Sim

Entrevistado 3: Sim

De forma unânime os pais/responsáveis pelos alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na escola municipal São Pedro, responderam que seus filhos(as) são inclusos(as) nas atividades escolares.

Diante disso, Silva (2015, p. 14244-14245) explica que:

A escola que atende o público inclusivo, precisa cumprir uma determinação legal de adaptar o ambiente para receber os educandos com necessidades especiais, favorecendo o acesso físico para sua locomoção, além de disponibilizar materiais e suportes específicos, que virão a favorecer a aprendizagem do educando (SILVA, 2015, p. 14244-14245).

Mediante a resposta dos entrevistados, acredita-se que a referida escola, realiza ações pedagógicas inclusivas, respeitando as individualidades de seus alunos e contribuindo para seu pleno desenvolvimento.

Tabela 6 - Questionamento 6

6. Em algum momento você percebeu que seu/sua filho(a) sofreu exclusão em alguma atividade na instituição São Pedro?

Entrevistado 1: Não, sempre foi muito bem aceito.

Entrevistado 2: Não.

Entrevistado 3: Ele não sofreu exclusão, mesmo porque a pandemia não deixou ele voltar integralmente a escola. Ele tem um lado do corpo comprometido, ainda tenho receio de como as outras crianças vão recepcionar ele. Quando andamos nas ruas, as pessoas olham e perguntam o que ele tem, ele somente se esconde atrás de mim e espera eu dizer que o que ele realmente é. Eu falo a ele que Deus fez ele especial porque eu sou especial mãe para cuidar dele.

Observa-se que os estudantes com necessidades educacionais especiais, matriculados na escola São Pedro, são ativos nas atividades desempenhadas pela referida escola.

Nos dizeres de Barbosa (2011, p. 25), “a escola com o intuito de favorecer o desenvolvimento de pessoas com necessidades educativas especiais necessita planejar ações que respondam ao desenvolvimento pleno do sujeito”.

E a escola campo de pesquisa, busca por medidas inclusivas, para o atendimento dos discentes com necessidades educacionais especiais.

Ressaltando a resposta do entrevistado 3, quanto ao receio da não aceitação ou reação da classe do discente sobre sua especificidade, enfatiza-se que a família deve acompanhar com assiduidade seu filho na escola, bem como, a escola deve promover ações que conduzam a participação familiar nos procedimentos de ensino e aprendizagem de seus filhos.

Conforme Soares (2019, p. 8), “a família é vista como a primeira entidade a oferecer a formação aos filhos, daí a sua participação ser de extrema importância para o processo de inclusão, todos juntos com a escola pela busca de uma sociedade mais justa e inclusiva”.

Tabela 7 - Questionamento 7

7. Como você avalia os atendimentos educacionais especializados na instituição de ensino São Pedro? Contribui no processo de ensino-aprendizagem dos educandos?

Entrevistado 1: A professora é bastante dinâmica, prestativa e desempenha seu papel com bastante êxito facilitando o aprendizado do aluno.

Entrevistado 2: Bom, sim.

Entrevistado 3: Mesmo com o atendimento remoto, vi que meu filho teve um avanço na coordenação motora com as atividades lúdicas que a professora fez e mandou para casa. Os vídeos fez com que ele se soltasse mais, ele adora gravar vídeos pra ela.

Os atendimentos educacionais especializados, ofertados pela escola mencionada, auxiliam significativamente no processo de ensino-aprendizagem dos

educandos com necessidades educacionais especiais. Bem como, as(os) profissionais que desempenham esta função na instituição, fazem-na com dedicação.

Segundo o Artigo 13º, em seus incisos I, IV, VI e VIII, da Resolução nº 4 de outubro de 2009, sobre as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado, o mesmo deve:

I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VIII – Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (CNE/CEB - MEC, 2009, p. 3).

Assim, as ações desenvolvidas por este(s) profissional(is) na escola municipal São Pedro, estão de acordo com suas atribuições, cooperando no crescimento cognitivo de seus alunos, mesmo que de forma remota, encontram metodologias que deem continuidade nos atendimentos especializados.

7.2. RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS COLETADOS COM OS PROFISSIONAIS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO

Tabela 8 - Questionamento 1

1. Qual a função que você exerce atualmente na instituição de ensino São Pedro?

Entrevistado 1: Coordenadora Pedagógica.

Entrevistado 2: Professor da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Entrevistado 3: Professora de Educação Física.

Entrevistado 4: Auxiliar Educacional.

Entrevistado 5: Merendeira.

Entrevistado 6: Secretária Escolar.

Entrevistado 7: Técnica em Nutrição.

Entrevistado 8: Professora do ensino regular.

Entrevistado 9: Professora do ensino regular.

Entrevistado 10: Professora do ensino regular.

Entrevistado 11: Professora do ensino regular.

Entrevistado 12: Professora do Atendimento Educacional Especializado - AEE

Entrevistado 13: Professora do Atendimento Educacional Especializado - AEE

Espera-se que estes profissionais da educação da escola municipal São Pedro, nos auxiliem no desenvolvimento da pesquisa, contribuam na definição e na relevância da Educação Especial como modalidade de ensino.

De acordo com Barbosa (2011, p. 22), “é relevante que todos os profissionais da educação, sejam capacitados para atender esses alunos especiais com qualidade, promovendo a inclusão escolar e social”.

Isso significa que estes profissionais têm que empenhar-se no movimento inclusivo educacional de todos os estudantes, independentemente de suas particularidades.

Tabela 9 - Questionamento 2

2. O que você entende por educação especial?

Entrevistado 1: A educação especial trabalha com crianças com deficiências, que são ofertadas nas escolas públicas e privadas para melhor atender esses educandos.

Entrevistado 2: Inclusão.

Entrevistado 3: Educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Entrevistado 4: A educação Especial é uma modalidade de ensino oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de algumas necessidades especiais, seja ela física ou psíquica, oportunizando a esse educando o direito a educação, uma vez que a Lei ampara que Educação é direito de todos. Sendo que a Educação Especial, tem um importante papel em desenvolver um conjunto de conhecimentos, recursos humanos, estratégias e materiais que possam pedagogicamente, ser utilizados nos serviços do sistema educacional ao longo de todos os períodos do ensino. Respondendo de forma satisfatória o desenvolvimento desse aluno.

Entrevistado 5: É uma educação organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais.

Entrevistado 6: A educação especial é organizada para atender alunos portadores de necessidades especiais nas escolas públicas de ensino regular.

Entrevistado 7: É o atendimento a pessoas com alguma deficiência.

Entrevistado 8: É um direito garantido por lei, a todos estudantes com necessidades educacionais especiais, serem matriculados na sala comum da escola regular.

Entrevistado 9: A educação especial é voltada para o atendimento e educação de pessoas portadoras de alguma deficiência.

Entrevistado 10: É uma modalidade de educação escolar ofertada a estudantes com necessidades educacionais especiais.

Entrevistado 11: É uma parceria, onde se trabalha com uma criança, os conteúdos curriculares e especificidades do educando. É um complemento e ganho ao se trabalhar com o professor especializado.

Entrevistado 12: É uma especialidade voltada para os alunos com diversificadas especificidades, altas habilidades, transtornos globais, deficiências e superdotação.

Entrevistado 13: A Educação Especial é uma modalidade diferente de ensinar a educação voltado para o atendimento e educação de pessoas com alguma deficiência. Preferencialmente em instituições de ensino regulares ou ambientes

especializados (como por exemplo, escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas que atendem a pessoas com deficiência).

Nota-se, que os questionados detêm conhecimento sobre a Educação Especial e sua relevância no processo de ensino-aprendizagem aos educandos com necessidades educacionais especiais. No entanto, observa-se alguns equívocos que requerem atenção, reflexão e uma auto avaliação, para não se propagar como verdade. A exemplo disto, não se usa mais a expressão “portador de deficiência”, mas sim, pessoa com necessidade especial.

Para Barbosa (2011, p. 19),

A educação especial tem como proposta pedagógica assegurar recursos e serviços para apoiar, complementar ou substituir serviços educacionais comuns. Para realizarem-se em todos os níveis, etapa e modalidades de ensino visando aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições para ter acesso à escola e nela permanecer desenvolvendo suas potencialidades (BARBOSA, 2011, p. 19).

Dessa forma, a Educação Especial é importante porque inclui nas escolas que ofertam o ensino regular os/as estudantes com necessidades educacionais especiais com adaptação curricular, baseando-se em sua especificidade e proporcionando a construção de novos conhecimentos na turma em que está matriculado.

Tabela 10 - Questionamento 3

3. Na sua concepção o que é inclusão escolar?

Entrevistado 1: A inclusão escolar é acolher as crianças com deficiência nas escolas de ensino regular, sem exceção. No artigo 208 da constituição brasileira, garante essa inclusão a todas as crianças.

Entrevistado 2: Inserir alunos com dificuldades nas atividades diárias da escola.

Entrevistado 3: Na escola inclusiva o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal.

Entrevistado 4: Inclusão Escolar se trata da ideia de todas as pessoas terem acesso ao sistema de ensino, de forma igualitária. Sem risco de discriminação, seja por cor, raça, etnia, gênero ou religião, seja por classe social ou por alguma

condição física ou psicológica. Atualmente, o foco da inclusão escolar está mais voltado as crianças com necessidades educacionais especiais; porém, a inclusão escolar vai muito além disso.

Entrevistado 5: É a ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino independente da sua classe social, gênero, etnia, religião, condições físicas ou psicológicas.

Entrevistado 6: A educação especial é garantir que os alunos com necessidade especiais tenham acesso a um ensino público com profissionais que entendem realmente para que possa atendê-los conforme suas particularidades.

Entrevistado 7: É todas as pessoas terem acesso à educação.

Entrevistado 8: Inclusão Escolar é planejar visando atender as necessidades específicas de cada aluno, fazer mudanças necessárias, com o objetivo de oferecer um ensino que consiste na aceitação e valorização às diferenças.

Entrevistado 9: É a capacidade de acolher as pessoas, entender e reconhecer o outro sem exceção.

Entrevistado 10: É a inclusão de estudantes com necessidades especiais em classe regular, garantindo que toda criança possa usufruir das mesmas experiências e condições de aprendizagem dos demais estudantes.

Entrevistado 11: A inclusão escolar é a oportunidade da desconstrução da mentalidade de que muitos têm sobre a criança com síndrome ou deficiência de não poder participar da sala regular, é um direito e obrigação de todos incluir esse indivíduo. Direito da mesma.

Entrevistado 12: É uma ideia de que todos os alunos serão atendidos igualmente, sem exclusão, atendendo assim suas necessidades específicas de cada um para o melhor desenvolvimento.

Entrevistado 13: Inclusão escolar consiste na ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino. Não é tolerado nenhum tipo de discriminação, seja de gênero, etnia, religião, classe social, condições físicas e psicológicas.

Os entrevistados apresentam-nos a inclusão escolar além da inserção no ambiente educacional de ensino regular. Como um movimento que beneficia o acesso, direito de aprendizagem, aceitação as diversidades humanas, respeito as particularidades e atendimento diferenciado sem preconceito ou discriminação.

Stainback e Stainback (1999, p. 4) acrescentam que:

Uma escola inclusiva é aquela que educa todos os alunos em salas de aula regulares [...]. Também significa que todos os alunos recebem oportunidades educacionais adequadas, que são desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades [...]. Ela é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 4).

Dessa maneira, uma escola que visa a inclusão dos educandos no acesso aos conhecimentos acumulados historicamente e na produção de novos conhecimentos, deve dispor ao seu público uma educação inclusiva em palavras e ações, pois, é na valorização das diferenças que se constrói uma sociedade justa e igualitária.

Tabela 11 - Questionamento 4

4. Como ocorre a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais na instituição de ensino São Pedro?

Entrevistado 1: Dentro do ambiente escolar as crianças com necessidades especiais são inseridas junto com os demais estudantes das salas regulares, e os mesmos recebem o atendimento especializado.

Entrevistado 2: No convívio diário das tarefas na escola, projetos, etc...

Entrevistado 3: A escola se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos.

Entrevistado 4: Os estudantes com necessidades especiais inseridos na escola São Pedro, são em primeiro momento alocados em uma turma do ensino regular para que possa conviver de forma participativa com as outras crianças. Então ele é inserido também no atendimento especial oferecido pela escola, o AEE (Atendimento Educacional Especializado), onde esse aluno terá aulas com professores profissionais na área da educação especial, no contra turno das suas aulas de duas à três vezes por semana. O objetivo é oportunizar ao educando todas

as possibilidades de desenvolvimento educativo, dando a ele o convívio com seu meio social e ao mesmo tempo lhe oferecendo uma atenção especial para seu desenvolvimento.

Entrevistado 5: Os alunos são acompanhados conforme as suas necessidades pela equipe multidisciplinar da secretaria de educação e as nossas professoras do AEE.

Entrevistado 6: Como sempre se começa pela matrícula, onde temos uma ficha com várias perguntas sobre a criança e colocamos em uma turma regular e logo que for constatado colocamos também no atendimento com o profissional onde o mesmo tem vários projetos para que trabalhar a inclusão e quebrar essa barreira, nossos profissionais entram com todos os recursos possíveis. Temos grandes profissionais nesta área em nossa escola.

Entrevistado 7: Não sei muito, mas eles são atendidos presencial e online acho que duas vezes por semana. Com atividades lúdicas e brincadeiras educativas.

Entrevistado 8: Na instituição de ensino, o trabalho pedagógico voltado para inclusão, exige dos profissionais da educação grandes desafios, tais como: práticas pedagógicas que atendem às reais necessidades educacionais, respeitando as especificidades de cada estudante.

Entrevistado 9: A escola dispõe de profissionais qualificados para atender os alunos com necessidades especiais.

Entrevistado 10: A instituição escolar vem sendo desafiada a conseguir uma forma equilibrada e harmônica, numa proposta educativa comum e diversificada, proporcionando aos estudantes uma cultura comum, respeitando as suas especificidades e necessidades individuais, para além de suas limitações e potencialidades.

Entrevistado 11: Com muito respeito, carinho, cumplicidade entre pais, professores. É um trabalho conjunto, ninguém faz nada sozinho e as professoras do AEE possuem respeito e amor muito grande pela profissão e respeitando as leis. Percebe-se que a inclusão acontece de forma natural não se tornando uma obrigação, mas uma necessidade de ver a inclusão acontecer.

Entrevistado 12: Ocorre de maneira diversificada, trabalhando cada um à sua especialidade com material didático adequado para atender melhor o seu desenvolvimento.

Entrevistado 13: Após a observação do professor será feito um relatório, para a coordenação, então o aluno em questão será avaliado pelo professor do AEE, conforme os resultados da avaliação o mesmo será matriculado feito todos os procedimentos até chegarmos ao PDI (plano desenvolvimento individual).

A escola municipal São Pedro desenvolve práticas inclusivas para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Vejamos algumas propostas inclusivas:

- Acesso a sala de aula do ensino regular;
- Profissionais capacitados na área da Educação Especial;
- Atendimento Educacional Especializado;
- Convivência e interação social;
- Acompanhamento com profissionais da equipe multidisciplinar;
- Participação em projetos;
- Atividades lúdicas e brincadeiras educativas;
- Relatório de Plano de Desenvolvimento Individual.

“Assim, é primordial que todas as ações que apontem para a inclusão da pessoa com necessidades especiais no ensino regular, sejam bem planejadas e estruturadas, para que os direitos dessa pessoa sejam respeitados (FOSSI, 2010, p. 33).

Tabela 12 - Questionamento 5

5. Como você avalia os atendimentos educacionais especializados, contribui no processo de ensino-aprendizagem dos educandos?

Entrevistado 1: Tenho total convicção que sim, pois o atendimento a esses estudantes faz com que eles desenvolvam suas potencialidades intelectuais e psicomotor, podendo avançar cada vez mais.

Entrevistado 2: Sim, o atendimento ajuda muito no desenvolvimento e inclusão desses alunos no processo ensino-aprendizagem.

Entrevistado 3: Assim, objetiva-se avaliar como se processa a inclusão escolar desses alunos, em que quase todos os alunos, não apresentam tais necessidades. Presume-se que essa circunstância traz impactos em relação a viabilidade de interação, comunicação e construção de conhecimento desses alunos.

Entrevistado 4: Fazendo referência à escola São Pedro, eu avalio como muito bom o atendimento especializado, pois posso observar que existe um cuidado especial com esses educandos. Nas turmas do ensino regular onde eles são matriculados, além do professor, existe um auxiliar docente para cuidar dos mesmos, dando todo o suporte que o professor necessita. Em todos os atendimentos especiais do contra turno, esse aluno é acompanhado por sua cuidadora, além do professor que fará o trabalho pedagógico com o mesmo. Também é de suma importância o trabalho do auxiliar docente para a educação especial, pois esse profissional é o braço direito do professor e o porto seguro desse educando.

Acredito sim que a educação especial contribui de forma significativa no processo de ensino aprendizagem das crianças com necessidades especiais, muitos desses alunos atingem um desenvolvimento surpreendente até mesmo para o professor, outros tem um tempo mais lento para se desenvolver, mas o importante é que eles estão tendo seus direitos respeitados. O direito de aprender e de conviver socialmente com as outras pessoas ditas “normais”.

Entrevistado 5: Os professores fazem no início do ano o IDE (identidade de acordo com a especialidade) de cada aluno e em cima disso criam estratégias e metas a serem alcançadas. Cada trimestre é avaliado o desenvolvimento do aluno de acordo com o método de ensino. O professor do AEE sempre trabalha em parceria com o professor de sala regular.

Entrevistado 6: Os atendimentos são muito importantes para os alunos com necessidade especiais, nossos professores são dinâmicos, criativos e interagem bastantes com os alunos tudo para facilitar o ensino aprendizagem do aluno, tudo para melhorar a inclusão e evitar a discriminação.

Entrevistado 7: Não acompanho muito essa área, mais sei que as professoras do AEE são bastante dedicadas com seus alunos.

Entrevistado 8: Os Atendimentos Educacionais Especializados, exigem dos professores especializados habilidades na busca de teoria e práticas focadas no

ensino que atenda efetivamente a todos os estudantes, respeitando suas limitações e potencialidades, garantindo assim, um ensino de qualidade para todos.

Entrevistado 9: O atendimento Educacional Especializado é de grande valia para o aprendizado do educando.

Entrevistado 10: É preciso que seja compatível com diversas necessidades de estudantes e, capaz de atender efetivamente a todos, respeitando e valorizando a diversidade.

Entrevistado 11: Com certeza, é uma parceria e ajuda muito por se trabalhar a especificidade da criança, ajuda o professor de sala regular a entender como lidar com a dificuldade daquele aluno em si, uma troca de conhecimento e informações contínua. Este acompanhamento é imprescindível.

Entrevistado 12: Contribui para inserir os alunos na sociedade desenvolvendo as habilidades que eles só não conseguiriam sem o apoio da educação especial.

Entrevistado 13: Avaliação inclusiva deve estar atrelada à atenção diversificada, mediante a adaptação do currículo às diferenças características e necessidades educativas de cada educando. Ou seja, devemos ter atenção às especificidades de cada aluno.

Os questionados avaliam os atendimentos educacionais especializados na escola municipal São Pedro, essenciais para o processo de ensino-aprendizagem, cooperando da seguinte forma:

- Desenvolvem as potencialidades intelectuais e psicomotoras;
- Promove a inclusão escolar e social;
- Respeito ao tempo de aprendizagem;
- Parceria entre o professor do AEE e o professor de sala de aula;
- Teorias e práticas na especificidade do educando com necessidades educacionais especiais;
- Respeito e valorização a diversidade;
- Adaptação curricular;

Nesse sentido, Lima e Carneiro (2016, p. 6) mencionam que:

O AEE é um atendimento especializado, que ajuda, identifica e organiza recursos pedagógicos, e, esse tipo de atendimento de maneira nenhuma

pode ser caracterizado como reforço escolar. É uma área do conhecimento onde envolve a interdisciplinaridade que envolve recursos, metodologia e práticas pedagógicas possibilitando a inclusão social de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação (LIMA; CARNEIRO, 2016, p. 6).

Os atendimentos educacionais especializados são indispensáveis nas atividades pedagógicas. Uma vez que, trabalha as individualidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais, assegurando-lhes a inclusão, permanência e pleno desenvolvimento de suas capacidades.

Segundo os mesmos autores,

Os profissionais da sala do AEE devem introduzir práticas inovadoras e o planejamento deve ser feito de forma colaborativa juntamente com o professor da sala regular, deve ser desenvolvido meios que consiga introduzir todos, inclusive a família do aluno [...] (LIMA; CARNEIRO, 2016, p. 6).

Os profissionais especializados na educação Especial dedicam-se em organizar seu trabalho com os alunos especiais de forma específica para cada um. Esse atendimento complementar no desenvolvimento e no trabalho com a especificidade desse educando. Como também, será um suporte para a família ajudar nas tarefas da escola em casa.

Sobre a importância do auxiliar educacional no acompanhamento das atividades escolares junto ao aluno com necessidades educacionais especiais, Nunes e Negócio (2015, p. 11), citam que, “o direito a auxiliar é de todas as crianças com qualquer tipo de deficiência. Este age dentro da sala de aula regular junto com o professor da turma, o profissional de AEE, com o próprio aluno e com toda turma”.

7.3. RELATO FINAL DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro, com os pais/responsáveis pelos alunos com necessidades educacionais especiais e os profissionais da educação em atuação, nos auxiliaram na busca pelos resultados da pesquisa, mostrando-nos que esta instituição de ensino cumpre com os regulamentos educacionais, em prol de uma educação com princípios de igualdade, aberta a diversidade, propostas pedagógicas específicas, profissionais especializados e acessibilidade.

8. PROPOSTA DIDÁTICA COMPLEMENTAR

8.1 INTERVENÇÃO ESCOLAR

PLANO DE AULA

IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino: Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro

Série/Ano: 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Turma: 3º ano B

Turno: Matutino

Duração/horas/aula: 3 dias - 2 horas.

Tema: Desenvolvendo habilidades e competências do aluno com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

Objeto geral: Organizar propostas pedagógicas que promovam a inclusão do discente com necessidades educacionais especiais para o desenvolvimento de suas habilidades e competências.

Justificativa:

Esta proposta de intervenção escolar, tem como finalidade oportunizar a aprendizagem significativa, lúdica e criativa dos discentes da turma do 3º ano B, visando a inclusão de todos os alunos. As atividades propostas nos planos de aula têm como objetivo desenvolver as habilidades e competências habilidades dos discentes da classe.

ATIVIDADE DA AULA 1

Componente curricular: Matemática

Objeto de conhecimento: Jogo de contar e somar.

Objetivo específico: Resolver problemas de adição com o significado de juntar.

Duração/horas/aula: Dia 1 - 2 horas.

Recursos: Aula 1: Eva; placa de isopor; tampas de garrafas pet; cola de silicone; tesoura; fita de velcro; Dado; fichas com números avulsos de 1 a 20; e palitos de picolé.

Atividade:

Figura 1 - Jogo de contar e somar



Fonte 1: Aluno On. jpg

Procedimentos Metodológicos:

1º momento: Apresentar o tema da aula e o jogo em tamanho ampliado para que todos possam visualizar e participar da atividade. Colar na parede da sala.

2º momento: Escolher 3 alunos para iniciar o jogo. O primeiro joga o dado e coloca o número sorteado em um lado das mãos. O segundo jogará o dado e colocará o número sorteado no outro lado da mão. O terceiro achará o resultado com o auxílio de palitos de picolé. Realizar estes procedimentos para 5 operações de adição.

3º momento: O professor fará o registro das operações no quadro e o restante dos alunos deverá reproduzir em uma folha avulsa entregue pelo professor.

Avaliação: Participação, envolvimento e interesse dos discentes na realização da atividade.

Referência:

ALUNO ON. **Jogo pedagógico para ensinar e praticar soma - Atividade lúdica para ensinar soma.** 2020. Disponível em

<<https://alunoon.com.br/infantil/atividades.php?c=909>> Acesso em 01 de janeiro de 2022.

ATIVIDADE DA AULA 2

Componente Curricular: Artes

Objeto de conhecimento: Grafomotricidade

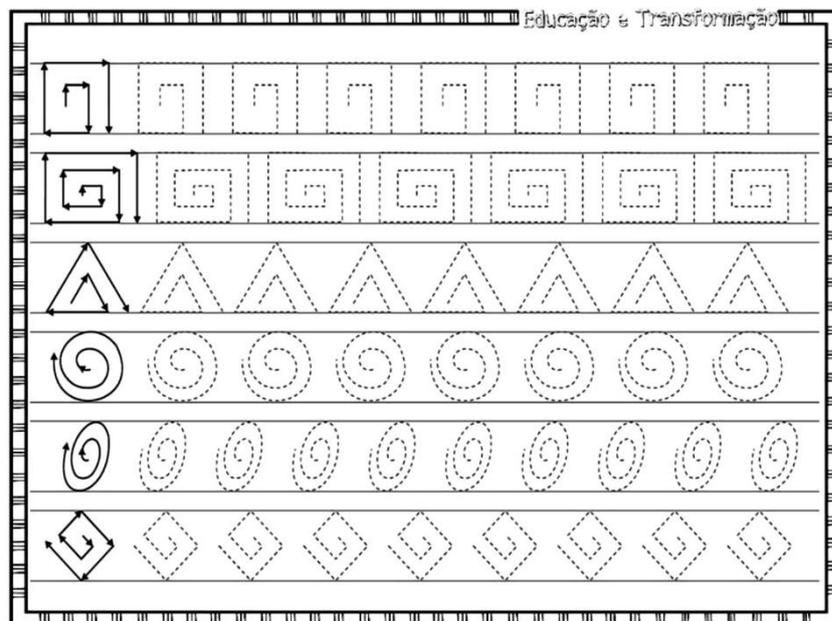
Objetivo específico: Trabalhar a coordenação motora fina.

Duração/horas/aula: Dia 2 - 2 horas.

Recursos: Atividade impressa em papel vergê; giz de cera; lápis de cor; pincel hidrocor; lápis de escrever; e cola colorida.

Atividade:

Figura 2 - Grafomotricidade



Fonte 2: Blog Educação e transformação oficial.html. 2019

Procedimentos metodológicos:

1º Momento: Apresentar o tema da aula e a atividade a ser desenvolvida;

2º Momento: Organizar a sala em grupos de 4 alunos;

3º Momento: Pedir que um dos alunos distribua a atividade entre os seus colegas.

4º Momento: Distribuir os materiais para a realização da atividade, os próprios alunos terão autonomia para escolher qual o tipo de material deseja utilizar para realização da atividade.

5º Momento: Após concluir a atividade expor em um mural da escola.

Avaliação: Participação, interesse, coordenação motora e criatividade para a realização da atividade.

Referência:

BLOG EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO. **Grafomotricidade.** Blog Educação e Transformação. 2019. Disponível em: <<https://educacaoetransformacaooficial.blogspot.com/2019/12/grafomotricidade.html>> Acesso em 01 de janeiro de 2021.

ATIVIDADE DA AULA 3

Componente Curricular: Língua portuguesa.

Objeto de conhecimento: Jogo da memória de palavras

Objetivos específicos: Trabalhar a concentração e a memorização e identificar palavras iguais através da leitura.

Duração/horas/aula: Dia 2 - 2 horas.

Recursos: Atividade impressa em papel fotográfica A4; cola de isopor; tesoura; papel paraná.

Atividade:

Figura 3 - Jogo da memória de palavras



amendoim	gravador	repolho	CENOURA	CASTELO	NARIZ
cenoura	brinquedo	pamonha	PULSEIRA	FLORESTA	TAMANCO
castelo	preguiça	hortelã	GRAVADOR	PREGUIÇA	HORTELÃ
nariz	guerreiro	tamanco	BRINQUEDO	GUERREIRO	PAMONHA
pulseira	lagartixa	barriga	CAMISA	LAGARTIXA	REPOLHO
floresta	camisa	peruca	PERUCA	BARRIGA	AMEMDOIM

Fonte 3: Construindo Futuros.html. 2012.

Procedimentos metodológicos:

1º Momento: Apresentar o tema da aula e a atividade a ser desenvolvida;

2º Momento: Organizar a turma em trio;

3º Momento: Distribuir para cada grupo o jogo da memória confeccionado.

4º Momento: Os alunos deverão embaralhar e espalhar as cartas na mesa viradas para baixo, cada jogador na sua vez deverá virar duas cartas se as palavras forem iguais ele permanece com elas e joga novamente, se forem diferentes deve passar a vez. O jogador com o maior número de acertos vence o jogo.

Avaliação: Participação, organização e controle emocional em saber ganhar e perder.

Referência:

CONSTRUINDO FUTUROS. **Jogos - Memória de palavras - Alfabetização**. 2012. Disponível em <<https://www.construindofuturos.com.br/2012/08/jogos-memoria-de-palavras-alfabetizacao.html>> Acesso em 01 de janeiro de 2022.

CRONOGRAMA

TEMA: Desenvolvendo habilidades e competências do aluno com TDAH.

IDENTIFICAÇÃO**Instituição de Ensino:** Escola Municipal de Ensino Fundamental São Pedro**Série/Ano:** 3º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.**Turma:** 3º ano B **Turno:** Matutino **Duração/horas/aula:** 3 dias - 2 horas**PLANOS DE AULA**

Dia	Hora aula	Tema da aula	Realização da atividade
1	2 horas	Jogo - Contar e Somar	Apresentar o tema da aula e o jogo em tamanho ampliado para que todos possam visualizar e participar da atividade; Colar na parede da sala; Escolher de três em três alunos para jogar; O professor fará o registro das operações no quadro e o restante dos alunos deverá reproduzir em uma folha avulsa entregue pelo professor.
2	2 horas	Grafomotricidade	Apresentar o tema da aula e a atividade a ser desenvolvida; Organizar a sala em grupos de 4 alunos; Distribuição da atividade entre; Distribuição dos materiais para realização da atividade.
3	2 horas	Jogo da memória de palavras	Apresentar o tema da aula e a atividade a ser desenvolvida; Organizar a turma em trio; Distribuição do jogo para realização da atividade; O jogador do grupo com o maior número de acertos vence o jogo.
Avaliação		Aula 1	Participação, envolvimento e interesse dos discentes na realização da atividade.
		Aula 2	Participação, interesse; coordenação motora e criatividade para a realização da atividade.
		Aula 3	Participação, organização e controle emocional em saber ganhar e perder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolvermos a temática desta pesquisa, compreendemos que a Educação Especial se tornou uma modalidade de ensino voltada para o atendimento especializado aos estudantes com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino regular. Em uma trajetória que perpassa pela exclusão, segregação, institucionalização, integração e legislações específicas para chegamos ao movimento de inclusão destes sujeitos nos espaços públicos que conhecemos hoje.

Durante a realização da abordagem do tema constatamos a relevância da análise do percurso histórico desta modalidade de ensino, para a que a comunidade acadêmica perceba que a construção de uma educação igualitária não se faz da noite para o dia, tão pouco, parte apenas de uma determinada região, mas, faz-se necessário a participação de todos. Para a nossa sociedade é uma oportunidade de conhecer que desde os primórdios existiram pessoas com características distintas, mas que, isto não as faz inferiores e que somente através da quebra de barreiras, respeito a diversidade, todos nós somos capazes de nos desenvolvermos e transformarmos o mundo da melhor forma possível através de ações humanitárias. Como também, para nós, acadêmicas do curso de pedagogia, é um enriquecimento múltiplo, vivenciamos em nosso cotidiano a inclusão social e educacional do público alvo da Educação Especial e desejamos buscar contribuir para que esta modalidade de ensino seja cada vez mais reconhecida e valorizada.

Além disso, a educação inclusiva vai muito além da preparação para a escolarização, ela torna viva a aceitação as diferenças. E o professor ao se formar deve ser consciente de que não trabalhará com um grupo heterogêneo, mas sim, um público diversificado e cabe a cada um de nós, projetarmos ações inclusivas nos mais variados conceitos para que cada sujeito seja atendido em suas particularidades de forma natural. Somente assim, com práticas inclusivas que asseguram a plena participação de todos os alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino seus direitos de aprendizagem respeitados e profissionais educacionais comprometidos, responsáveis e dedicados teremos uma educação de qualidade para todos.

A exemplo disso, a instituição de ensino, palco de nossas investigações, apresentou-nos exatamente isto, que fazem-se valer os direitos constitucionais

educacionais não como uma obrigação, mas sim, em benefício a formação social, emocional, intelectual e cognitivo de todos os estudantes sem distinção, buscando estratégias pedagógicas para o desenvolvimento de suas competências e habilidades.

Em suma, os objetivos propostos nesta monografia foram alcançados na medida em que investigamos, dialogamos e discutimos com diferentes autores e suas respectivas obras, que em muito contribuíram para o desfecho desta pesquisa e a pergunta problema da pesquisa apresentada inicialmente revelou-nos que é possível incluir todos os estudantes no ambiente escolar, nas ações pedagógicas, desde que, faça-se mudanças educacionais e incorporemos praticas pedagógicas adaptadas a realidades do aprendiz e não apenas incluir por incluir fazendo-se valer os direitos constitucionais, mas, pensando-se humanamente na construção do sujeito crítico, reflexivo e atuante na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALUNO ON. **Jogo pedagógico para ensinar e praticar soma - Atividade lúdica para ensinar soma.** 2020. Disponível em: <<https://alunoon.com.br/infantil/atividades.php?c=909>> Acesso em 01 de janeiro de 2022.

ANJOS, M. A. M.; SILVA, L. A. M. **Breve Resumo Do Itinerário Histórico Da Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva.** Revista Acta Científica. Vol. 6, 2016. Disponível em: <<https://doi.galoa.com.br/sites/default/files/10.21745/ac06-04.pdf>> Acesso em 01 de dezembro de 2021.

APA, American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-5.** 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSEF, E. C. S., CAPOVILLA, A. G. S., CAPOVILLA, F. C. **Avaliação do controle inibitório em TDAH por meio do Teste de Geração Semântica.** Psicologia: Teoria e Prática, v. 9 (1), p.74, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v9n1/v9n1a05.pdf>> Acesso em 29 de dezembro de 2021.

BARBOSA, J. S. B. **A importância da participação familiar para a inclusão escolar.** 2011. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Universidade de Brasília, Ipatinga-MG, 2011. [Orientador: Prof.^a Susana Silva Carvalho]. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2152/1/2011_JulianaSilveiraBrancoBarbosa.pdf> Acesso em 22 de dezembro de 2021.

BATALHA, D. V. **Um breve passeio pela política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, IX, 2009, Curitiba: III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009. p.1065-1077. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1915_1032.pdf>. Acesso em 08 de dezembro de 2021.

BLOG EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO. **Grafomotricidade.** 2019. Disponível em <<https://educacaoetransformacaooficial.blogspot.com/2019/12/grafomotricidade.html>> Acesso em 01 de janeiro de 2021.

BELCHIOR, Mariângela Sales. **Questionário informal sobre sua rotina escolar do estudante com necessidades educacionais especiais.** 2022.

BRASIL/MEC-SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em 07 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 08 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 4.024/1961. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 5.692/1971. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm> Acesso em 09 de dezembro de 2021.

BRASIL. **LEI Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília, DF, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm> Acesso em 09 de dezembro de 2021.

BRASÍLIA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em 28 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. SEB/MEC: Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em 29 de dezembro de 2021.

BRASIL/MEC-SEESP. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. Brasília, DF, MEC/SEF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428diretrizespublicacao&Itemid=30192#:~:text=O%20atendimento%20educacional%20especializado%20%2D%20AEE,alunos%2C%20considerando%20suas%20necessidades%20espec%C3%ADficas> Acesso em 31 de dezembro de 2021.

BRISON, Elizangela Calisto. **Questionário informal sobre sua rotina escolar do estudante com necessidades educacionais especiais**. 2021.

CABRAL, Dilma. **Imperial Instituto dos Meninos Cegos**. Arquivo Nacional Mapa - memória da administração pública brasileira. Publicado, 2016, atualização, 2021. Disponível em: < <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327imperial-instituto-dos-meninos-cegos>> Acesso em 24 de dezembro de 2021.

CABRAL, Dilma. **Instituto dos Surdos-Mudos**. Arquivo Nacional Mapa - memória da administração pública brasileira. Publicado 2016, atualização 2020. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/365-instituto-dos-surdos-mudos>> Acesso em 24 de dezembro de 2021.

CNE/CEB-MEC. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução nº 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> acesso em 02 de janeiro de 2021.

CONSTRUINDO FUTUROS. **Jogos - Memória de palavras - Alfabetização**. 2012. Disponível em <<https://www.construindofuturos.com.br/2012/08/jogos-memoria-de-palavras-alfabetizacao.html>> Acesso em 01 de janeiro de 2022.

FABRÍCIO, N. M. C.; CANTOS, P. V. V. **Diagnóstico- Intervenção- Perspectivas. Atuação Da Escola Inclusiva**. Constr. psicopedag. vol.19. p. 112-121. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542011000200009> Acesso em 02 de janeiro de 2022.

FOSSI, G. C. G. **Necessidades Educativas Especiais e a Inclusão Escolar**. Capivari de Baixo (SC), 2010. Disponível em :< <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Giovana-de-Cassia-Goncalves-Fossi.pdf>> Acesso em 05 de maio de 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IGNÁCIO, T. **Os desafios da inclusão no ambiente escolar**. Monografia (Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - universidade de Brasília. Brasília, 2015.

JESUS, D. M.; EFFGEN, A. P. S. Effgen. **Formação docente e práticas pedagógicas Conexões, possibilidades e tensões**. In: MIRANDA, G.; FILHO, T. A. G. Org(s). Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, Salvador, 2012.

LIMA, A. V.; CARNEIRO, A. P. L. **A importância da sala de atendimento educacional especializado - AEE**. Editora Realize. 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA6_ID4216_23102016232252.pdf> Acesso em 03 de janeiro de 2022.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores?** In: MANTOAN, Maria Teresa Egler. (org.) A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbetes Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 27 dez 2021.

MERCADO, E. L. O.; FUMES, N. L. F. **Base Nacional Comum Curricular e a educação especial no contexto da inclusão escolar**. Encontro Internacional De Formação De Professores E Fórum Permanente De Inovação Educacional, 10(10). ISSN: 2179-0663. 2017. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/4770>> Acesso em 25 de dezembro de 2021.

MIRANDA, T. G. **A Relação entre o Professor da Educação Especial e da Educação Comum**. Journal of Research in Special Educational Needs, Volume 16, 2016, p. 98–105. doi: 10.1111/1471-3802.12131. 2016. Disponível em: <<https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12131#:~:text=A%20colabora%C3%A7%C3%A3o%20entre%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o,se%20sentem%20renovados%20e%20entusiasmados>> Acesso em 31 de dezembro de 2021.

MOREL, J. C.; ALMEIDA, M. B.; SILVA, T. R.; SILVA, S. F. K. **Pensamentos pedagógicos e sistemas educacionais**. Londrina: editora e distribuidora educacional. S.A., 2014. P. 184.

NUNES, A. P. P.; NEGOCIO, P. Á. F. **A importância e o papel do atendimento educacional especializado (aee) e do auxiliar na educação de crianças com deficiência**. 2015. Disponível < [https://www.uern.br/controladepaginas/edicao-atual/arquivos/36784_artigo_ii_semina%C2%A1rio_potiguar_\(polianny_e_anna_paula\).pdf](https://www.uern.br/controladepaginas/edicao-atual/arquivos/36784_artigo_ii_semina%C2%A1rio_potiguar_(polianny_e_anna_paula).pdf)>. Acesso em 03 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, H.D.C.; FERREIRA, C.W.S. **Educação Especial Inclusiva: um estudo bibliográfico sobre o processo de inclusão de alunos**. 2016. Disponível em:

<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_especial_inclusiva.pdf> Acesso em 08 de dezembro de 2021.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do Surgimento da Educação Especial**. Rei, Revista de educação do Ideau, Passo Fundo - RS. Vol. 5 - Nº12, 2010.

ROHDE, L. A.; HALPERN, R. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: atualização**. Jornal de Pediatria. p. 61-70. Vol. 80, nº2 (supl). 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jped/a/vsv6yydfR59j8Tty9S8J8cq/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 30 de dezembro de 2021.

SALAMANCA. **Declaração De Salamanca e Enquadramento da Acção**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso E Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994. Editada pela UNESCO 1994. ED-94/WS/18.

SANCHES, I.; TEODORO, A. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos**. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, v. 8, n. 8, p. 63-83, jul. 2006. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>> Acesso em 07 de maio de 2020.

SANTOS, M. A.; ARAÚJO, J. F. S. **Uso das ferramentas pedagógicas e tecnológicas no contexto das aulas remotas**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 17, 11 de maio de 2021. Disponível em <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/17/uso-das-ferramentas-pedagogicas-e-tecnologicas-no-contexto-das-aulas-remotas>> Acesso em 30 de dezembro de 2021.

SENO, M. P. **Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (tdah): o que os educadores sabem?** Rev. Psicopedagogia. São Paulo. Artigo Original - Ano 2010 - Volume 27 - Edição 84. 27 (84): 334-43. p. 10. 2010. Disponível em <<https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/188/transtorno-do-deficit-de-atencao-e-hiperatividade--tdah---o-que-os-educadores-sabem->> Acesso em 30 de dezembro de 2021.

SOARES, S. J. M. T. **Escola e família frente ao atendimento educacional especializado (AEE)**. CONEDU. VI Congresso Nacional de Educação. 2019. Disponível em <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID8345_13082019212936.pdf> Acesso em 31 de dezembro de 2021.

SOUZA, L. M. S. **Educação Especial no Brasil: O que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência**. Universidade Federal do Maranhão -

UFMA. R. Bibliomar, São Luís, v.19, n. 1, p. 159-173, 2020. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13636>> Acesso em 28 de dezembro de 2021.

SILVA, T. V. **Inclusão escolar: Relação família-escola**. ENDURECE, Paraná, XII, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16662_8048.pdf> Acesso em 22 de dezembro de 2021.

SHIMAZAKI, E. M. **Fundamentos da Educação Especial**. Atendimento Educacional Especializado no contexto da Educação Básica. 1993. Vol. 1. p. 10. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/291-2.pdf>> Acesso em 08 de dezembro de 2021.

STAINBAK, S.; STAINBAK, W. **Inclusão, um guia para educadores**. São Paulo: Arved, 1999. Disponível em < <https://doku.pub/download/inclusao-um-guia-para-educadoreslivro-completo-1-z0x2do8eynqn>> Acesso em 03 de janeiro de 2022.

TORRES, T. M. R. **O Processo Histórico Da Educação Inclusiva**. 2017. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_telma_-_educacao_inclusiva_pdf.pdf> Acesso em 24 de dezembro de 2021.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. UNESCO. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>> Acesso em 24 de dezembro de 2021.

VAGULA, E.; BARBOSA, A. C. A.; BARUFFI, M. M.; MONTAGNINI, R. C. **Didática**. Londrina: Editora e distribuidora educacional S.A., 2014.

ANEXOS

Anexo I



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
 Polo de Pedra Branca do Amapari

Declaro para os devidos fins que a senhora (o) Alexandra Tavares da Silva, portadora do RG n. 614346, CPF 028.841632-55 é **ALUNA (o)** regularmente matriculada no **Curso de Licenciatura em Pedagogia, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP**, a qual está no período de realização de pesquisa de campo, referente a seu **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**, sob o título:

Educação inclusiva vivenciada na escola municipal de ensino fundamental São Pedro no município de PBA, tendo como orientador o Prof. Dr. Mauro Sérgio Soares Rabelo.

Nessa condição, venho respeitosamente requerer à vossa senhoria, o acesso as dependências dessa instituição, para referida aluna (o), realizar sua pesquisa, relativas ao seu **TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**.

Pedra Branca do Amapari--AP, 20 de 12 de 2021.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.


Prof. Dr. Mauro Sérgio Soares Rabelo
 Orientador – IFAP


 Diretora: Escola M.E.F. São Pedro
 Decretado em 20.12.2021

Anexo IIINSTITUTO FEDERAL
Amapá**INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA****COMPONENTE CURRICULAR: SEMINÁRIO DE TCC II – 90h****PROFESSOR FORMADOR: ANDRÉ LUIS DA SILVA E SILVA CÔRTEZ****PROFESSOR ORIENTADOR: MAURO SERGIO SOARES RABELO****ACADÊMICAS: ALESSANDRA SILVA E MARIÂNGELA BELCHIOR****QUESTIONÁRIO - PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO****PERFIL DO ENTREVISTADO****SEXO:** _____ **IDADE:** _____**1. QUAL A FUNÇÃO QUE VOCÊ EXERCE ATUALMENTE NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SÃO PEDRO?**

R:

2. O QUE VOCÊ ENTENDE POR EDUCAÇÃO ESPECIAL?

R:

3. NA SUA CONCEPÇÃO O QUE É INCLUSÃO ESCOLAR?

R:

4. COMO OCORRE A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SÃO PEDRO?

R:

5. COMO VOCÊ AVALIA OS ATENDIMENTOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS, CONTRIBUI NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS?

Anexo III



**INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

COMPONENTE CURRICULAR: SEMINÁRIO DE TCC II – 90h

PROFESSOR FORMADOR: ANDRÉ LUIS DA SILVA E SILVA CÔRTEZ

PROFESSOR ORIENTADOR: MAURO SERGIO SOARES RABELO

ACADÊMICAS: ALESSANDRA SILVA E MARIÂNGELA BELCHIOR

QUESTIONÁRIO – PAIS DE EDUCANDOS COM NEE ATENDIDOS PELO AEE

PERFIL DO ENTREVISTADO

SEXO: _____ **IDADE:** _____

1. O QUE VOCÊ ENTENDE POR EDUCAÇÃO ESPECIAL?

R:

2. NA SUA CONCEPÇÃO O QUE É A INCLUSÃO ESCOLAR?

R:

3. QUAL A ESPECIFICIDADE DO SEU FILHO (A)?

R:

4. QUANTO TEMPO O EDUCANDO ESTÁ MATRICULADO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SÃO PEDRO?

R:

5. O/A ESTUDANTE É INCLUÍDO EM TODAS AS ATIVIDADES ESCOLARES DA INSTITUIÇÃO SÃO PEDRO?

R:

6. EM ALGUM MOMENTO VOCÊ PERCEBEU QUE SEU/SUA FILHO (A) SOFREU EXCLUSÃO EM ALGUMA ATIVIDADE NA INSTITUIÇÃO SÃO PEDRO?

R:

7. COMO VOCÊ AVALIA OS ATENDIMENTOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SÃO PEDRO? CONTRIBUI NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS?

R:

Anexo IV



Estado do Amapá
 Prefeitura de Pedra Branca do Amapari
 Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer – SEDUC
 CNPJ (MF) 28.046.284/0001-76



ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PEDRO

DIRETORA: POLLYANNE MOURA

COORDENADORA: SIMONE COSTA HENRY

PROFESSORA: VALDICE SANTOS HENRY

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO/AEE/TARDE.

QUESTIONÁRIO

1- Quais as habilidades e dificuldades do aluno Saymon Vinicús Belchior?

R: a) Possui um bom raciocínio lógico matemático, desenvolve jogos de quebra cabeça e caça palavras com precisão quando no seu momento. Despertou também habilidade ler pequenos e médios texto, demonstrou ser muito capaz surpreendendo a sua genitora. E carinhoso com os seus bichinhos de estimação, familiares e professoras.

b) Apresenta dificuldade, não aceita perder de jogos de disputa e quer sempre ganhar, de delimitar parágrafos da escrita, assim bem como na diminuição do tamanho da fonte (letra) em suas atividades. Não gosta de adereços confeccionados na escola para colocar em sua cabeça, a não ser o chapéu do Sonic na cor azul uma das suas cores favoritas. Seu tempo

2- Na sua concepção o aluno necessita de adaptação curricular?

R: O aluno necessita de adaptação, para desenvolver as suas habilidades em concentração, delimitação de espaço, e paciência entre outras habilidades que vão surgindo no decorrer do processo.

3- Quais os processos metodológicos utilizados?

R: TEACCH (Tratamento e educação para crianças com autista e com distúrbios, acompanhamento realizado por parte dos pais com profissionais capacitados), ABA (Análise aplicada do comportamento), e o PECS.

4- Quais os recursos pedagógicos utilizados?

R: A criança com TEA E TDAH necessita de rotinas para não ficar ansiosa e se adaptar os encontros do Atendimento Educacional Especializado, seja ele na sala de recursos, chamadas de vídeos via wathassap, jogos interação em grupo com a família e

professores, jogos de quebra cabeça, caça palavras, jogos matemáticos, atividades individuais para autonomia, atividades impressas adaptadas ao conteúdo curricular do ensino regular, entre outras.

Obs: o ambiente escolar associada a tecnologia no campo de ensino aprendizado do aluno torna-se mais prazerosa, instiga o mesmo a fazer várias descobertas e a aprimorar mais em suas habilidades. Lembrando que todas as atividade que envolva a criança deveram ser acompanhadas pela professora e também por parte de seus familiares.

Data: 29 de dezembro de 2021, Pedra Branca do Amaparí- Ap.